

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICA: UM ESTUDO DE
CASO DA JUVENTUDE E DA POLÍTICA DENTRO DA
ESCOLA**

ARTIGO CIENTÍFICO

Pricila dos Santos Martins

Santa Maria, RS, Brasil
2015

PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DA JUVENTUDE E DA POLÍTICA DENTRO DA ESCOLA

Pricila dos Santos Martins

Artigo científico apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Licenciada em Ciências Sociais

Orientadora: Professora Dra. Rosana Soares Campos

Santa Maria, RS, Brasil
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o
Artigo Científico**

**PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DA
JUVENTUDE E DA POLÍTICA DENTRO DA ESCOLA**

elaborada por
Pricila dos Santos Martins

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Licenciada em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professora Dra. Rosana Soares Campos (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Professor Dr. Dejalma Cremonese (UFSM)

Mestranda Rachel Loureiro Andreta (UFSM)

Santa Maria, RS, Brasil
2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente minha mãe Luiza Terezinha, meu Pai Jorge e meus irmãos Alex e Juliana que estiveram presentes me apoiando e me dando forças para que eu continuasse na luta durante essa etapa da minha vida.

Muito obrigado também aos meus amigos que compartilharam comigo esse momento e foram pacientes com as minhas ausências.

Um agradecimento especial a dois verdadeiros amigos que estiveram bem presentes nessa caminhada, a amiga Gléce Kurzawa Cóser e o amigo Marcelo Ercolani que carinhosamente e cautelosamente leram o meu trabalho e me ajudaram com a construção do mesmo, ambos foram de extrema importância na minha vida acadêmica.

Agradeço a minha Orientadora Rosana Soares Campos por gentilmente ter me guiado no decorrer deste trabalho, me dando todo o suporte necessário.

Agradeço a Deus por mais essa vitória!

Enfim, obrigada a todos que torceram e me apoiaram no decorrer desta caminhada.

RESUMO

Artigo Científico
Curso de Licenciatura em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DA JUVENTUDE E DA POLÍTICA DENTRO DA ESCOLA

AUTORA: PRICILA MARTINS DOS SANTOS

ORIENTADORA: PROFESSORA DRA. ROSANA SOARES CAMPOS

Com base nos estudos de percepções políticas busca-se compreender como os jovens constroem suas representações políticas no contexto político e escolar. Neste artigo são tecidas algumas considerações sobre os temas juventude, participação política e escola, com o objetivo de avaliar se as instituições de ensino estão contribuindo para a motivação do jovem para a participação política. Além da revisão literária, esse trabalho analisará dados da pesquisa realizada em uma instituição pública de Ensino Médio, com 16 jovens entre 15 e 17 anos da cidade de Santa Maria-RS. Constatou-se que a percepção política da juventude tem seguido padrões de desconfiança e associação da política a corrupção e escândalos.

Palavras-chave: percepções, política, juventude, participação política.

ABSTRACT

Scientific Article
Course in Social Sciences
Federal University of Santa Maria

PERCEPTIONS OF POLICY: A CASE STUDY OF YOUTH AND SCHOOL IN POLICY

AUTHOR: PRICILA MARTINS DOS SANTOS
ADVISOR: PROFESSOR DR. ROSANA SOARES CAMPOS

Based on the political perceptions of study seeks to understand how young people build their political representation in the political and educational context. In this article some light is shed on youth issues, political participation and school, in order to assess whether the educational institutions are contributing to the young man's motivation for political participation. In addition to the literature review, this study will analyze the survey data held in a public institution of secondary education, with 16 young people between 15 and 17 years of the city of Santa Maria-RS. It appears that the political perception of youth has followed patterns of distrust and association of political corruption and scandals.

Keywords: perceptions, politics, youth, political participation.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
1 PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DA JUVENTUDE E DA POLÍTICA DENTRO DA ESCOLA	7
1.1 Introdução.....	7
1.2 Juventude – o sujeito social e político.....	8
1.3 Política e Participação Política.....	11
1.4 Política na Escola através do ensino de Sociologia.....	16
2 ESTUDO DE CASO – OS JOVENS, A POLÍTICA E A ESCOLA	19
Considerações Finais.....	25
Referências	26

1 PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DA JUVENTUDE E DA POLÍTICA DENTRO DA ESCOLA

Pricila dos Santos Martins¹

1.1 Introdução

Política é sempre um tema polêmico, controverso, de múltiplas compreensões e divergências. Como um conceito polissêmico, talvez gere interpretações levando a atitudes e comportamentos que vão desde o interesse e grande participação até a apatia política. Alguns autores argumentam que vivemos em tempos de antipolítica (SCHEDLER, 1988). Por isso, o desinteresse e afastamento de uma boa parcela da população em relação à política. Muitas justificativas sobre o assunto passam pela questão da confiança institucional.

Analisando a política sob o viés da juventude, os dados do Latinobarômetro (2015) apontam que esta confiança é muito baixa com relação a algumas instituições democráticas brasileiras. A começar pelo Congresso Nacional, 77% dos jovens entrevistados na pesquisa afirmaram ter pouca ou nenhuma confiança. Em relação ao governo foram 84,8%. E, por fim, ao poder judicial, 67%. Estes números evidenciam o caráter negativo que os espaços de discussão e decisão política têm frente à população jovem.

A confiança é baixa, mas são também baixos a participação e o engajamento da juventude nos espaços políticos. Sejam eles formais ou não. Um estudo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) sobre juventude e democracia verificou que apenas 28% dos jovens pesquisados participava de algum grupo de cunho social, religioso ou cultural. E destes, 42,5% freqüentavam grupos religiosos, 32,5% esportivos e 26,9 em teatro e dança. Enquanto apenas 11,7% estavam em associações estudantis e 5,8% em atividades relacionadas com a melhoria do seu bairro, por exemplo. No referido estudo também foi questionado ao jovem sua participação

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Ciências Sociais. Trabalho desenvolvido sob a orientação da professora Rosana Soares Campos como exigência de conclusão de curso.

política. Apenas 8,5% consideraram-se politicamente participantes. 66,5% disseram procurar se informar, mas não participavam de nenhuma atividade política e 24,7% não procuravam informação e nem participavam.

Os argumentos são muitos para a desconfiança e baixa participação política dos jovens. Neste artigo levantamos o pressuposto de que falta informação política e, principalmente, articulação para publicizar essa informação. A desconfiança e a baixa participação podem estar associadas à incompreensão do que seja política, para além da concepção partidária. Um dos espaços importantes dessa discussão é a escola. Nessa direção, argumentamos que talvez o modo como (e quais) as informações políticas chegam aos jovens os desestimulem em relação ao assunto.

O objetivo desse artigo, portanto, é entender as percepções de jovens estudantes sobre política e como e por quais canais de informação estas percepções se formam. Para isso, realizaremos em um primeiro momento uma revisão da literatura sobre os conceitos de juventude, política e participação. Em seguida discutiremos o estudo da política na escola. E, por fim, analisaremos as percepções sobre política na perspectiva de estudantes de uma turma do ensino médio de uma escola pública estadual de Santa Maria (RS).

1.2 Juventude – o sujeito social e político

Na sociologia, o conceito de juventude agrega diversas compreensões que, para Pais (1990), podem ser agrupadas em duas esferas:

1) uma determinada fase da vida, com ênfase nos aspectos geracionais, que o autor chama de corrente geracional e 2) a corrente classista, embasada em tensões dos processos sociais; derivados, principalmente, das diferentes situações de classe. Mas Pais enfatiza que “não há de fato um conceito único de juventude que possa abranger os campos semânticos que lhe aparecem associados. (PAIS, 1990, p. 151).

Na corrente geracional, conforme Pais, as discontinuidades intergeracionais estariam na base da formação da juventude, como uma geração social. O autor cita A. Seda Nunes para caracterizar este grupo:

[...] 1) 'constituído por indivíduos cujas idades se concentram, com alguns possíveis desvios individuais, dentro de um intervalo relativamente estreito'. 2) cujos membros 'serão portadores do sentimento comum de se encontrarem coletivamente em presença, na sociedade, de certos grupos distintos do seu pela idade e formados quer por indivíduos mais velhos, quer eventualmente por indivíduos mais novos', 3) nos membros do grupo manifestar-se-á igualmente o sentimento de que, relativamente aos grupos sociais mais velhos ou mais novos em cuja presença eles a si mesmo se vêem, existem, além de significativas diferenças etárias, não menos significativas diferenças nas respectivas referências sociais e culturais. (PAIS, 1990, p.152-3).

Conforme Pais (1990), essa corrente ainda admite a existência de uma cultura juvenil, com a experiência de seu mundo, suas circunstâncias e seus problemas, como membros de uma geração e não de uma classe social.

Na corrente classista, de acordo com Pais (1990), a transição dos jovens para a vida adulta está pautada em mecanismos de reprodução classista. E nessa direção, a cultura juvenil está relacionada ao conceito de classe, “[...] entendida como produto de relações antagônicas de classe”², vista como cultura de resistência, por isso, com um significado político. Nesta corrente, a argumentação se faz pelas diferenças entre jovens de classes sociais distintas, pautando-se na homogeneidade dos jovens intra classes. Mas o autor chama a atenção para a tentativa de homogeneização do comportamento juvenil, nesta corrente.:

Sem que se possa negar a capacidade explicativa, em determinados contextos de investigação, das teorias classistas da reprodução social, a coalescência de jovens de diferentes condições sociais a valores relativamente semelhantes (à importância dada ao dinheiro, à convivialidade, à moda, à música, ao desporto, à sexualidade, etc.) é um fenômeno que a teoria das classes tem dificuldades de explicar. Por outro lado, não é certo que entre jovens pertencentes a uma mesma classe social se verifique, indiscutivelmente, uma homogeneidade cultural ou de modos de vida entre esses jovens, como o fará supor o latente determinismo presente em alguns trabalhos da corrente classista. (PAIS, 1990, p. 159).

Pais (1990) argumenta que é preciso também pensar nas trajetórias individuais, sem determinismo, ao abordar o conceito de juventude. Porque, conforme o autor, os processos que afetam os jovens não podem ser unanimemente compreendidos como simples ou exclusivamente resultante de determinações sociais e comportamentos de classes.

Para além dessa discussão sobre correntes de interpretação acerca do conceito de juventude, Lia Pappamikail (2010) estuda o conceito como um processo que ultrapassa

² Pais (1990, p. 157).

a transição para a vida adulta, com suas especificidades e peculiaridades; a partir da compreensão de autonomia, independência e liberdade. Conforme a autora:

juventude, como se compreende atualmente, é um produto da modernidade e, portanto, resultado, também, de fenômenos como a democratização do ensino, bem como do prolongamento da sua obrigatoriedade e aumento da participação. (PAPPAMIKAIL, 2010, p. 397).

Nesse sentido, a autora entende juventude como uma fase transitória e preparatória que precede a emancipação social e econômica. Conforme Pappamikail (2010):

[...] nela se condensa o tempo de todas as contradições e paradoxos, das dúvidas e hesitações, em que justamente a liberdade, a independência e a autonomia se forjam (ou não) na estreita relação com as relações sociais que se expandem, à medida que um mundo inteiro se vai abrindo à pessoa (Breviglieri, 2007), a par da reformulação das relações de filiação (cada vez mais investidas de afectos e expectativas) no sentido da aquisição do estatuto de indivíduo. (PAPPAMIKAIL, 2010, p. 406).

Partindo da concepção de que o conceito de juventude é uma construção social, faz-se necessário saber quem são esses jovens a quem nos referimos. Como são delineados pelas instituições políticas, de pesquisa e jurídicas. Em documento da Organização Iberoamericana da Juventude, Renato Leão (2012) sumariza algumas instituições que caracterizam pelo recorte etário o jovem no Brasil:

Destaca-se que a faixa etária entre 15 e 24 anos utilizada pelo IBGE para designar a população jovem é a mesma compreendida pela Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens. Não obstante, o Senado brasileiro aprovou, em 07 de julho de 2010, a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/08 (a chamada PEC da juventude) que elevou a idade para ser abrangido como jovem no Brasil aos 29 anos. Assim, com a aprovação da PEC 42/08, desde a perspectiva da subjetividade ativa de direitos e de políticas de Estado, a juventude passa a ser um segmento reconhecido pela vigente Constituição brasileira e sua faixa etária compreende as pessoas entre 15 e 29 anos de idade. (LEÃO, 2012, p. 12)

O conceito de juventude da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1985), ultrapassa o fator etário, e analisa também juventude como uma categoria sociológica, que indica o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, no que diz respeito ao plano familiar e ao profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos.

1.3 Política e Participação Política

Esse jovem, muitas vezes dependente economicamente da família, mas com certa autonomia e liberdade para tomar decisões políticas e sociais, tem se mostrado distante da vida política formal, conforme as pesquisas. A argumentação de Lucia Castro (2009) talvez seja uma explicação para esse afastamento:

O fato de que os jovens, até atingirem sua maioridade, estão alijados de direitos políticos plenos na maioria das sociedades modernas, contribui para que a reflexão sobre Política e juventude tenha sido significativa apenas no tocante a como os jovens se preparam para a atividade política na idade adulta (CASTRO, 2009, p. 479).

A temática Juventude e Política, conforme a autora, tem sido analisada por meio do conceito de socialização política, entendida como o processo de preparação do jovem para assumir seu lugar de cidadão, consciente de seus direitos e deveres políticos. O grande problema, para Castro (2009), é essa compreensão de um 'sujeito' que amadurece para a vida política, contestada pela autora.

Para Castro (2009), essa socialização política enquadrada em um modelo de condutas e orientações políticas limita o jovem e o distancia dos espaços políticos. Na compreensão da autora, ver o jovem como um ser em construção e que não tem muito a contribuir, invisibilizando-o perante decisões, impossibilita a ação política.

Mas anterior ao debate sobre socialização política, é preciso pontuar a noção de política. Ou seja, o próprio conceito de política, na concepção juvenil. Na acepção moderna do termo, política é compreendida como a "atividade ou o conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência pólis, ou seja, o Estado". (BOBBIO, 2008, p. 954).

Esse é um sentido que parece abstrato ao jovem ao se observar que o desinteresse pela política está mais ligado à sua esfera formal – tradicional. O declínio observado por alguns autores em relação aos comportamentos políticos institucionalizados (INGLEHART, 1997) – o voto, por exemplo – relaciona-se com mudanças dos valores, quando hoje as novas gerações não se identificam mais com organizações hierarquizadas e burocratizadas e preferem experiências políticas não-convencionais, “expressivas” e informais.

Lúcia Castro (2008) chama a atenção para o fato de que o declínio no interesse dos jovens pela política não é apenas devido à sua falta de motivação pela coisa pública, mas que também pode ser determinado pelo fato de que os recursos para a mobilização e a participação que antes existiam não estão mais disponíveis. A autora (2008) cita, por exemplo, a profissionalização dos partidos com menor propensão ao esforço de “conquistar” os jovens para a atividade política. Para Fleury (2004), uma cidadania ativa por parte dos jovens requer outro tipo de institucionalidade para a democracia que não seja via partidos.

A pesquisa do IBASE (2005), já citada, aborda essa distância dos jovens na vida política tradicional, preferindo associar-se em atividades de lazer, religiosas, esportivas e culturais. Conforme o documento:

Os(as) jovens brasileiros têm emitido sinais, mais ou menos visíveis, da negação frente a formas tradicionais de participação, tais como as que se expressam pela filiação a partidos, sindicatos e organizações estudantis. No entanto, ações coletivas juvenis deixam de ser notadas ou valorizadas devido ao caráter descontínuo, tópic e muito freqüentemente desprovido de ideologias facilmente reconhecidas – esquerda e direita, por exemplo – do qual se revestem. Entretanto, as novas formas e temas pelos quais os(as) jovens se mobilizam na esfera pública também indicam o quadro de crise das formas tradicionais de participação e socialização política. (IBASE, 2005, p. 9).

O que se observa é a necessidade de novas abordagens para chamar estes jovens à atividade política. Conforme Pippa Norris (2003), a desilusão com as instituições políticas da democracia representativa tem levado os jovens a se envolverem em novos movimentos, os quais são aceitos como uma alternativa informal de mobilização política; como atividades voluntárias, ongs, cooperativas, passeatas, protestos, etc.

Nesse sentido, o que se evidencia não é o desinteresse pela política, em si. É o desinteresse pelo modo como essa atividade é realizada, quem a realiza, a inserção e o poder de decisão do jovem. A pesquisa do Ibase, nessa direção, relata o descrédito dos jovens com relação a quem faz a política.

[...] Os(as) jovens ouvidos(as) pela pesquisa mostram descrédito nos(as) políticos(as), mas não na política, vista por eles(as) como espaço de conquista de garantia de direitos como o caminho para transformações sociais mais profundas. O desafio, portanto, é restabelecer a base de confiança entre os(as) jovens e o exercício da política. Eles(as) questionam como as relações entre o Estado e os(as) cidadãos(ãs) se estabelecem, não havendo desinteresse nos(as) jovens pesquisados(as). (IBASE, 2005, p. 16-17).

De acordo com Zaguary (1999), existe uma situação de grande descrédito com relação à figura dos políticos e tal situação deve-se à sucessão de escândalos financeiros envolvendo pessoas públicas no exercício de funções, que carecem de confiabilidade e ética. A afirmação de Paulo Carrano (2012, p.95) também vai nessa direção, ao observar que “jovens de diferentes estratos sociais dão expressivas evidências de rejeição ao ofício da “política profissional” e seus agentes: os políticos”. Conforme Carrano (2012), os jovens tendem a se engajar mais em causas do que em instituições. E, segundo o autor, este seria um dos maiores entraves para que as instituições de base de participação clássica, tais como partidos políticos, envolvam novos militantes em seus quadros.

Para Carrano (2012), há falhas nas agências clássicas (família, escola) de socialização. Os estímulos dados à participação têm sido insuficientes. E, ao mesmo tempo, conforme o autor, é esse 'mundo adulto' que repete que os jovens são apáticos e não se interessam por política.

O recente trabalho de Andressa Costa (2015), a partir de pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos sobre América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 690 jovens entre 13 e 24 anos, de escolas privadas e públicas de Porto Alegre, vai ao encontro das ideias de Carrano (2012). De um lado, aponta o interesse por política de uma parcela considerável dos entrevistados. 44% afirmaram ser interessados ou participativos. Porém, ao mesmo tempo, outro dado chama a atenção. 22,6% se declararam desiludidos. Talvez essa atitude se justifique pelo atual cenário político brasileiro. E a resposta sobre o principal problema brasileiro corrobora a justificativa – 53% dos respondentes apontaram a corrupção.

Nessa direção, retomaremos o tema da socialização política. E se a entendermos como transmissão de atitudes, vetores de escolhas, preferências, símbolos, comportamentos políticos e representações do mundo (Brenner, 2010), faz-se necessário refletir que tipo de preparação os jovens estão recebendo para se mostrarem desiludidos e apáticos. Castro (2009) tem questionado esse tipo de socialização que, para ela, é apenas uma reprodução de valores e regras, impedindo que o jovem expresse seus pensamentos, interesses e subjetividades. O que, segundo Castro (2009), gera conflitos entre as gerações. Por essa razão, ela afirma que o conceito de socialização parece não dar conta das demandas de renovação da sociedade, porque os jovens subjetivam-se para além da escola e da família.

O produto da socialização política — o adulto afeito e interessado em participar de longe, e, ocasionalmente, do processo político — parece estar cada dia mais envolto na nebulosa da desconfiança da política, no nojo dos políticos e no fervor do seu bem-estar pessoal. (CASTRO, 2009, p.485).

Castro (2008) argumenta um outro espaço de fazer política que inclua os jovens. Uma espécie de reinvenção da política, onde a juventude seja sujeito da história, participe, tome decisões, e tenha a noção de pertencimento. Porque, conforme a autora, "participação política dos jovens não se faz no vazio cultural e histórico" (CASTRO, 2008, p. 253). É necessária a vinculação das condições subjetivantes para dar forma ao sentimento de pertencimento à coletividade. É esse sentimento que dá sentido à participação, principalmente, quando se refere ao jovem.

Para o jovem, “sair de casa”, no sentido de assumir-se como integrante da polis ou da nação, significa entender-se como “tendo a ver” com o estado de coisas ao seu redor e interpelado a responsabilizar-se por elas. Pertencimento e responsabilização imbricam-se e constituem aspectos subjetivos primordiais no processo de assumir-se como membro de uma sociedade, seja ela qual for. (CASTRO, 2008, p. 253).

A leitura que Castro (2008) faz do conceito de participação política, ligado à questão da subjetivação da política pautada por experiências que os jovens interrogam-se sobre o que está inadequado ao seu redor e querem mudar, embasa este trabalho. Nessa direção a noção de pertencimento é muito importante para a participação.

No contexto da Ciência Política o conceito de participação política foi ampliando seu significado ao longo do tempo e em razão do movimento de atores políticos. Até a década de 1960, resumia-se a atividades eleitorais. E foi somente com o livro “Ação Política”, de Barnes e Kaase, publicado em 1979, que outros tipos de participação foram reconhecidos, a exemplo dos protestos políticos. Altera-se, então, as formas de classificar e ordenar participação. Atualmente é analisada desde formas convencionais de participação até formas não convencionais. A começar pela concepção genérica de Norberto Bobbio (2008) que a conceitua como:

[...] uma série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e assim por diante.” (BOBBIO, 2008, p. 888).

Lúcia Avelar (2007) também apresenta um conceito extenso e compreende participação como um conjunto de atividades da vida política:

Desde conversas com amigos e familiares sobre acontecimentos políticos locais, nacionais e internacionais, até como fazer parte de governos, reivindicar seus direitos, votar e candidatar-se [...].(AVELAR, 2007, p. 61).

O crescimento das formas não convencionais de participação chama a atenção para a insuficiência do espaço de participação política tradicional. Para Pipa Norris (2007), esse enfraquecimento de organizações tradicionais, tais como partidos políticos, igrejas, sindicatos, etc., diz respeito ao desenvolvimento dessas novas formas de ativismo político, nomeadas, por ela, “*cause – oriented*”. Conforme a autora, as pessoas se envolvem em formas não convencionais de participação porque apresentam comportamentos críticos em relação às instituições políticas, questionando as elites estabelecidas. É nessa situação que também se enquadra o jovem - a vontade de mudar o estabelecido. Mas esse engajamento se dá quando há a sensação de pertencimento e possibilidade de transformação.

Em pesquisa realizada com 25 jovens na cidade do Rio de Janeiro, sobre o tema participação política, Lúcia Castro (2008) observou um forte engajamento dos entrevistados em associações estudantis, ongs e partidos. Para a autora, a adesão de jovens à causa político-partidária está relacionada ao desejo de transformação social e à expectativa de um mundo melhor, mais justo, com menos desigualdades sociais, em que “as coisas possam estar menos erradas”³.

Os dois aspectos que foram apontados como fundamentais para a adesão à causa partidária ou à estudantil foram o desejo de transformação social e o de participar ativamente dessa transformação. Quase todos os entrevistados apontaram que um estado de coisas errado convocou-os a uma resposta no sentido de tomar uma atitude. Alguns afirmaram que se dar conta de que alguma coisa vai mal e não fazer nada seria “hipocrisia”. (CASTRO, 2008, P. 258).

A afirmação de Castro denota, por parte do jovem, uma vontade de também participar das escolhas políticas e sociais, como sujeitos ativos, rompendo, ao menos parcialmente, essa noção de jovens apáticos e desinteressados.

³ Castro (2008, p.256).

Como argumentam Baquero e Baquero (2012), o desencanto e a fraca motivação para a participação formal não implica que os jovens não continuem a marcar presença nos canais informais de participação.

[...] novas formas de participação e ativismo político têm caracterizado a participação política não convencional, que se materializam nos novos movimentos sociais (movimento ecológico, movimento contra racismo, movimento feminista, entre outros). Este tipo de participação vem aumentando entre a população juvenil, envolvendo os jovens em atividades promovidas por organizações não governamentais.” (BAQUERO e BAQUERO, 2012, p. 22).

Os ideais, os sonhos e o desejo de uma sociedade mais justa continuam presentes na vida dos jovens. O que parece ter mudado são os meios pelos quais se pretendem atingir esses ideais (Abramo, 2004). Por isso, para os jovens, a importância de outros canais de participação. Outros modos de se manifestar. Outras formas de fazerem ouvidos.

1.4 Política na Escola através do ensino de Sociologia

A escola é, sem dúvida, uma dos espaços mais importantes nesse processo de subjetividade política do jovem. É um espaço delicado porque pode ser repressor no que diz respeito aos interesses e angústias da juventude. Mas pode ser emancipatório, se for participativo, aberto, plural, justamente porque é um melhores espaços de socialização política, a partir da trocas, das interações, do pertencimento e reconhecimento do outro. Segundo Angelita Silveira e Salete Amorim (2005) , é na escola que os cidadãos vão ter a oportunidade de adquirirem o conhecimento político, aumentar seu nível de participação política e de capacidade para desenvolver uma consciência geral do ambiente social.

Todas as disciplinas, de algum modo, se bem conduzidas podem trabalhar esse conteúdo político, compreendido como uma maneira de se viver bem em sociedade. O próprio projeto pedagógico da escola pode ser documento norteador de socialização política, ao apontar atividades e conteúdos voltados ao aprendizado político. São mecanismos necessários ao processo, mas insuficientes quando se quer alcançar um nível de conhecimento para além do trivial, que possibilita ao jovem oportunidade de

aprendizado e empoderamento para tomar decisões. Nessa direção é que se aponta a necessidade e a importância de disciplinas específicas como a Sociologia para o debate profundo sobre temas tão importantes como: participação, tolerância, preconceito, reconhecimento, poder, democracia etc.

Citando Carvalho, Fernando Amoras (2010, p.193) argumenta que a proposta curricular para a disciplina Sociologia está sustentada no pressuposto de que a educação no Ensino Médio deve ser uma atividade cuja função básica é possibilitar aos alunos o acesso a instrumentos necessários que os estimulem a agirem de forma crítica e transformadora no seu cotidiano, além de prepará-los para a inserção no mercado de trabalho. A Sociologia, enquanto disciplina, tem esse papel transformador, integrando os conteúdos das três grandes áreas das Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Foram diversos e interruptos momentos da inserção das Ciências Sociais no Ensino Médio. O primeiro ocorreu entre 1925 e 1942 com o crescimento da procura pelas Ciências Sociais, chegando a ser uma exigência para ingressar no ensino superior. O segundo momento (1942-1971) abarcou a reforma Capanema e as disciplinas das Ciências Sociais passaram a ser optativas no Ensino Médio. No terceiro momento, que se entrelaça ao segundo, inicia em 1961 com a 1ª LDB e encerra na metade da década de 1980, correspondente à Lei 5992 de 1971, limita a Ciências Sociais quase que exclusivamente ao meio acadêmico universitário. Finalizando, o quarto momento que se situa na metade da década de 1980 aos nossos dias, caracteriza-se pela busca da reinserção das Ciências Sociais de modo obrigatório no Ensino Médio, luta marcada pela Lei 11.684 de 2008, que torna obrigatória a presença das disciplinas de Sociologia e Filosofia no ensino médio.

Mas essa é uma luta antiga. Ao longo desses últimos 15 anos sociólogos têm se mobilizado para a implementação da disciplina no currículo do Ensino Médio. A aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em 1996, estabeleceu, na seção IV, - que trata do Ensino Médio- artigo 36, parágrafo 1º, que “os conteúdos, as metodologias, e as formas de avaliação serão organizadas pela tal forma que, ao final do Ensino Médio, o educando demonstre III- domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessário ao exercício da cidadania”. Desse modo, implicitamente a Sociologia estava colocada no currículo do Ensino Médio. Mas somente em 2008 a obrigatoriedade foi regulamentada pela lei 11.684.

De acordo com Pereira (2013), durante o período de luta e implementação da Sociologia no Ensino Médio, houve uma série de encontros regionais promovidos por sindicatos estaduais, nos quais foi discutido o tema da Sociologia no Ensino Médio e as estratégias de lutas para implantação da disciplina nesse nível de ensino. Também foram realizadas inúmeras reuniões junto às Secretarias e aos Conselhos Estaduais de Educação. No Estado do Rio Grande do Sul foram promovidos fóruns de discussão na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, para garantir espaços de discussão sobre o tema.

Segundo as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), é necessário que os conteúdos de Antropologia, Sociologia e Ciência Política estejam presentes nas aulas da disciplina de Sociologia. É nesse espaço que temas políticos vêm sendo abordados no Ensino Médio, principalmente na disciplina de Sociologia. Nessa direção, a afirmação de Bastos (apud Rodrigo da Silva, 2008:76) de que a sala de aula não é só lugar do conteúdo, é também *locus* de disputa pelo saber, de construção das subjetividades e lugar de educação política ratifica a importância da discussão política para a formação e transformação do agente social, o jovem.

2 ESTUDO DE CASO – OS JOVENS, A POLÍTICA E A ESCOLA

A escola como um dos principais espaços de socialização política do jovem torna-se um interessante campo para o estudo das percepções da juventude sobre política e dos modos como essas percepções são formadas, a partir da contribuição da disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Com essa tônica, o trabalho de campo deste estudo foi realizado em uma escola estadual de Ensino Médio, situada na cidade de Santa Maria, RS.

O campo aconteceu durante o período de estágio curricular obrigatório do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria, entre os meses de março a julho, de 2015. E foi dividido em duas etapas: a primeira, a participação nas reuniões da área das humanas, área essa que abrange as seguintes disciplinas: Sociologia, Geografia, História e Filosofia, essas reuniões aconteciam uma vez por semana na Escola. Acompanhei oito reuniões onde eram debatidos os mais variados temas, como por exemplo, conceitos, conteúdos, conceitos básicos, avaliações, cadernos de chamadas, temáticas, descritores, práticas avaliativas, seminário integrado.

As reuniões concentravam somente professores da área de humanas. Nesses encontros, todos tinham oportunidade de exporem suas angústias e dúvidas sobre o trabalho. Toda a construção de conceitos e conteúdos acontecia de forma conjunta pelos professores. Dessas reuniões foram escolhidos os seguintes conceitos para serem trabalhados nas diversas disciplinas que compõem a área: Cultura, Trabalho, Política, Poder, Tecnologia, Conhecimento, Identidade, relações Sociais, Ética, Espaço Geográfico, Cidadania, Paisagem, Território, Lugar, Escala e Liberdade. Alguns dos conceitos escolhidos foram retirados dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Nessa atividade tive a oportunidade de observar o interesse dos professores para trabalhar determinados conteúdos, debater, reivindicar e participar das tomadas de decisões da escola. Eles apresentavam sugestões de melhorias, realizavam críticas construtivas e muitas vezes discordavam de algumas decisões mas, sempre pensando em facilitar o trabalho desenvolvido pelos mesmos e o aprendizado do aluno.

Nesta escola onde o campo foi realizado, a disciplina de Sociologia é trabalhada da seguinte forma: no 1º ano estuda-se apenas Antropologia, 2º ano é trabalhado conteúdos relacionados à Sociologia e no 3º ano os alunos vêm os conteúdos de

Política. A carga horária da disciplina é baixa – apenas um período por semana com duração de 55 min.

No segundo momento do trabalho de campo, assumi uma turma de 2º ano do ensino médio, onde ministrei a disciplina de Sociologia em 16 encontros. A turma era composta de 23 alunos. No primeiro contato com a turma fui bem recepcionada, os alunos ficaram bem motivados por terem uma professora quase da idade deles, todos fizeram inúmeras perguntas referentes à minha vida pessoal e sobre a universidade. Nos demais encontros seguimos a ordem que a professora titular da disciplina nos deixou para darmos seguimento ao conteúdo. O tema principal para ser trabalhado era “O mundo do trabalho”, portanto, tivemos que fazer uma breve retomada dos teóricos clássicos da sociologia Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Após essa retomada, fizemos um introdução ao mundo do trabalho, a partir das Revoluções Industrial e Francesa. Em seguida, analisamos o conceito de trabalho para cada um dos teóricos e encerramos nossas atividades trabalhando conceitos como força de trabalho, alienação, mais-valia. No decorrer dos nossos encontros, além do livro didático disponibilizado pela escola, utilizei vídeos, cruzadinhas e textos de apoio para facilitar o entendimento dos alunos. Durante os quinze encontros não tive a oportunidade abordar diretamente o tema política com os alunos, devido à exigência da escola para que eu trabalhasse o conteúdo programado.

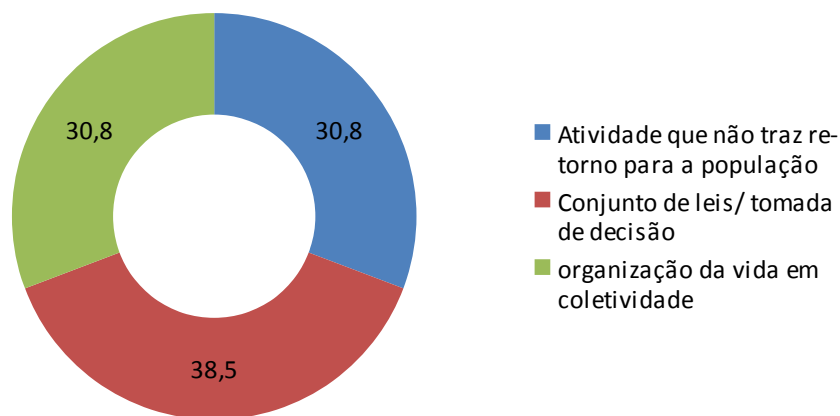
Após os quinze encontros, preparei uma aula com o tema específico sobre política. Para começar, questionei o conceito de política, e logo os alunos falaram em roubo e corrupção. Após o debate, apliquei um questionário com 10 perguntas sobre o tema política. Dos 23 alunos da turma, 16 estavam presentes no dia e responderam o questionário sem nenhuma hesitação.

O questionário continha perguntas sociodemográficas e relacionadas a dois aspectos políticos: percepções e canais de informações sobre política. A faixa etária apresentou-se uniforme, dentro dos parâmetros considerados juventude, pela literatura especializada. Dos jovens entrevistados 33,3 % tinham 15 anos de idade, 44,4% 16 anos e, por fim, 22,3% 17 anos. Destes jovens oito eram mulheres e oito, homens. Embora apenas os de 15 anos não possam ter o título de eleitor, 81,2% não o tiraram ainda. A participação política convencional, ou seja, participar através do voto da escolha dos governantes, não é uma atividade de interesse dos entrevistados.

Os dados sobre as percepções em relação à Política chamam a atenção para o fato de que, embora haja uma parcela considerável de jovens com uma imagem apenas

negativa, construída principalmente pelo cenário político-partidário atual no Brasil, há jovens que conseguem mesmo de forma difusa captar a essência da política para além do escopo partidário. Como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1: O que é Política ? - Dados em %

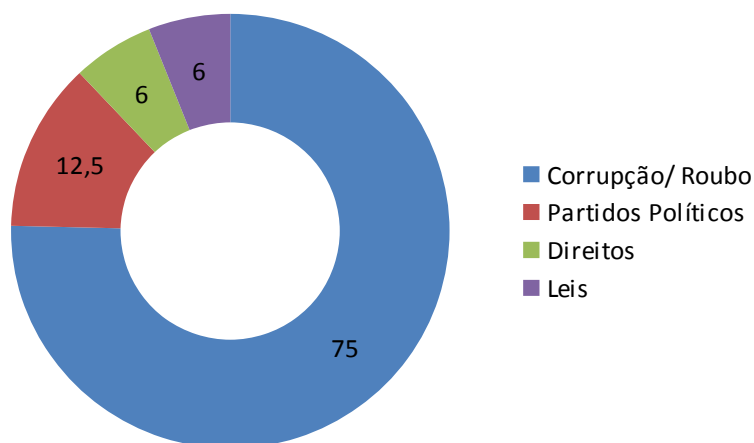


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 1 podemos ver duas concepções sobre política – a primeira baseada na situação política do país. 30,8% dos entrevistados entendem a política como uma atividade que não tem retorno à população. Ou seja, é exercida em benefício dos que estão no poder. Em contrapartida, observa-se nas respostas uma outra concepção de política com elementos procedimentais e teóricos do conceito – entendendo, desse modo, a política em uma concepção mais complexa, mais formal e menos negativa. 30,8 compreendem a política como uma tomada de decisão ou conjunto de leis. E, o que nos chama a atenção, 38,5% a caracterizam como uma atividade de organização da vida em coletividade.

Mas se a maioria dos jovens entrevistados consegue discernir Política, além do reducionismo partidário, quando questionados sobre uma palavra que vêm à mente quando pensa em Política, essa conceituação muda e ratifica o que já vem sendo encontrado em outras pesquisas sobre juventude e política – uma imagem negativa. O gráfico 2 apresenta essa percepção.

Gráfico 2: O que vêm à mente quando pensa em Política – Dados em %

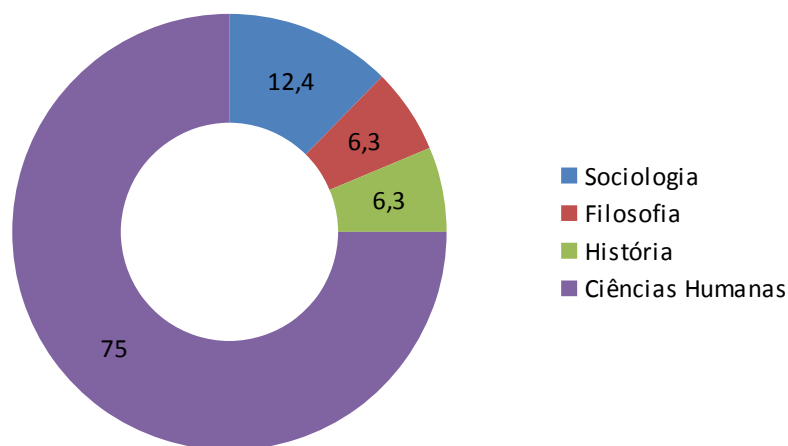


Fonte: Elaboração própria

Segundo os dados, 75% dos jovens entrevistados, quando pensam em política, a relacionam com corrupção/roubo. O cenário político brasileiro constrói essa imagem negativa, que é transmitida pelos meios de comunicação. Essa resposta é uma das possíveis explicações da desilusão do jovem com relação à política. Mas também sugere que o debate sobre o tema deva ser ampliado na Escola, de modo que os estudantes possam conhecer outros aspectos da atividade política que não estejam diretamente ligados aos escândalos políticos. 12% apontaram partidos políticos. 6% disseram leis. E apenas 6% a relacionaram com os direitos. Ou seja, do modo como a política é vista por esses jovens, a noção de pertencimento ao espaço político de tomada de decisão nem tangencia seu imaginário.

Conforme os jovens entrevistados, o contato com temas políticos dentro da Escola se dá em várias disciplinas. Não especificamente na Sociologia. O gráfico 3 evidencia esse debate interdisciplinar.

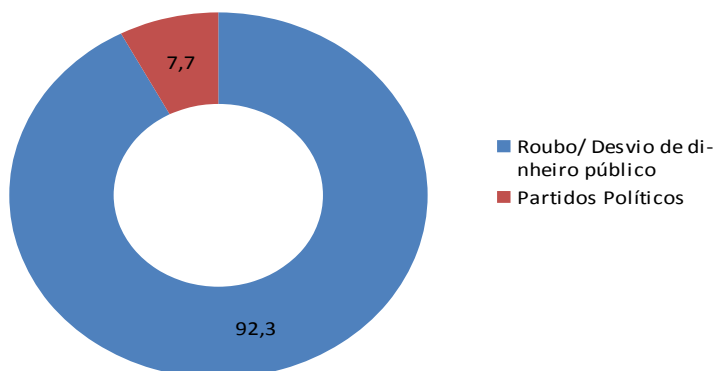
Gráfico 3 - Em qual disciplina tem contato com temas políticos? - Dados em %



Fonte: Elaboração própria

75% dos estudantes entrevistados apontaram que os temas políticos são debatidos nas disciplinas das Ciências Humanas. Este dado é importante sob dois aspectos. O primeiro, positivo: um indicativo da diversidade de conhecimento sobre a temática política a partir de várias disciplinas. O outro, negativo: pode estar havendo muitas informações, porém difusas; de modo que o aluno não consiga captar bem os significados. Por isso, chama a atenção o fato de apenas 12,5% apontarem Sociologia, uma disciplina que, a priori, deveria trabalhar temas políticos com mais contundência. O fator de preocupação, nesse caso, é o de que vemos informações senso comum que se repetem e estão no imaginário juvenil direta e proporcionalmente ligadas – política e corrupção. Quando questionados sobre o que é corrupção, as respostas foram muito similares sobre o que é política, como pode ser verificado no gráfico 4.

Gráfico 4 – O que é corrupção – Dados em %



Fonte: Elaboração própria

92,3% responderam roubo/ desvio de dinheiro público e o restante associou-a partidos políticos. Em mais uma evidência de que a imagem política está sendo construída apenas a partir dos escândalos políticos e que, provavelmente, estejam acompanhando através dos meios de comunicação. Já que todos os entrevistados responderam se informar sobre política na TV, no rádio e nas redes sociais.

Os jovens se tornam cada vez mais desconfiados e acabam desenvolvendo uma tendência individualista, com isso eles acabam fazendo parte de um padrão onde os cidadãos são meros espectadores da política. Na maior parte do tempo as pessoas estão desinteressadas ou mostram um alto grau de cinismo e apatia (Baquero, 2000). Devemos analisar com cuidado essa situação, pois essa desconfiança em relação à Política sentida pelo jovem possui ligação com a imagem que os meios de comunicação podem transmitir.

A análise dos dados revela que temas políticos são tratados de modo difuso, dificultando a compreensão do estudante, o impedindo de discernir sobre os vários aspectos da política. Mostra ainda que a imagem da política que o jovem tem é resultado também de uma construção midiática. Esta percepção sugere que a escola não está indo além da conjuntura para explicar o conteúdo político.

Nesse sentido, as respostas obtidas no questionário, o contato com os estudantes e a oportunidade de acompanhar as reuniões de discussão e planejamento permitiram verificar a insuficiência do debate político com a juventude na Escola. Outro fator, é o modo como se trabalha a informação política de forma que não se observa estímulos à participação.

Conforme Gillespie e Patrick (apud Souza, 1983, p.96), a “escola pode ser vista como um sistema de recursos e padrões de comportamento capaz de constituir uma matriz de atitudes e de orientações políticas definidas pelos padrões de atividades lá desenvolvidas.” As atitudes e comportamentos desses jovens pesquisados refletem que as atividades políticas dentro da escola ainda se limitam a uma compreensão “senso comum” da política. A reprodução do discurso midiático do jovem de que política é corrupção visibiliza a falha da instituição no que diz respeito a conteúdos mais substanciais acerca do tema.

Considerações Finais

A análise dos dados do estudo de caso sugere que o ambiente da escola não proporciona um contato maior do jovem com temas políticos. A começar pela divisão do conteúdo da disciplina Sociologia no ensino médio, concentrando o debate político apenas no último ano. Isso significa que o estímulo ao debate, discussão e compreensão de assuntos políticos se restringe a um determinado tempo do curso, dificultando o contato do estudante com temáticas importantes ao seu dia-a-dia. Talvez seja uma das explicações para as informações incompletas, confusas e dificuldades de debater sobre temas políticos. Neste caso, a Sociologia não tem cumprido seu papel, como aponta Fernando Amoras (2010), que é de possibilitar aos alunos o acesso a instrumentos necessários que os estimulem a agirem de forma crítica e transformadora no seu cotidiano.

As respostas, no questionário, apresentam um formato de discurso midiático, em que a política está sempre associada a escândalos e corrupção. Isto sugere uma influência grande dos veículos de comunicação na percepção dos jovens acerca de temas políticos e, reflete, também, uma ausência de debates mais profundos; que estimulem e possibilitem ao jovem opinião própria – a partir de uma formação mais substancial.

O acompanhamento das reuniões foi muito importante para verificar que temas políticos são apontados como relevantes para o conhecimento do estudante. O problema visualizado, nestes encontros, foi a superficialidade da inserção destes temas políticos em sala de aula. Conteúdos pulverizados em várias disciplinas sem fazer um

nexo com a teoria e a realidade. Este fato se evidencia nas respostas dos estudantes quando perguntados em qual disciplina estudam assuntos políticos – 75% responderam as de Ciências Humanas.

Retomando um pouco a teoria, dizer que o jovem é apático e desinteressado politicamente, talvez seja incorrer em um grande erro. O questionamento deve passar pelo modo como estes assuntos têm sido abordados nos ambientes de socialização política – e um deles é a escola.

O interesse e a participação, seja ela convencional ou não, depende do contato e estímulo que esse jovem tem com a política. É nesse sentido, que se pensa a escola como um mecanismo estratégico para participação e formação de sujeitos protagônicos. Mas falar em protagonismo, em sujeitos ativos, pensando o espaço escolar, é vislumbrar uma educação voltada ao engajamento e autonomia dos estudantes enquanto sujeitos políticos.

Referências

ABRAMO, H. W. (2004). **Participação e organizações juvenis. Recife: Projeto Redes e Juventudes.** Disponível em: <<http://www.redesejuventudes.org.br/sispub/image-data/1268/publicacoes.htm>>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.

AVELAR, L. Participação Política (2007). In.: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antonio. **Sistema Político Brasileiro – uma introdução.** São Paulo, Unesp.

BAQUERO, Marcello (2000). **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS.

BAQUERO, Marcelo, BAQUERO, Rute (2012). Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? **Em Debate.** Belo Horizonte, v.4, n8, pg. 19-25, nov.

BRENNER, A. K (2010). O tempo-espaço da escola e as possibilidades de engajamento político. In: **Educação política: reflexões e práticas democráticas.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto.

BOBBIO, Norberto(2008). **Dicionário de política.** 13. ed. Brasília: Editora UnB, V. 2.

CASTRO, L.R (2008) Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. In.: **Revista de Sociologia e Política** V. 16, Nº 30: 253-268 JUN.

CASTRO, L.R (2009). Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa** V. 25, Nº 4: 479-487

CARRANO, Paulo César Rodrigues (2012). A participação social e política de jovens no Brasil: Considerações sobre estudos recentes. In: **O Social em Questão** - Ano XV - nº 27.

COSTA, A. (2015). **Desconfiança e Desinteresse Político no Sul do Brasil: Percepções da Juventude em Relação à Política**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sicp/files/2015/09/4.-COSTA-Andressa-Liegi-Vieira-Desconfian%C3%A7a-e-Desinteresse-Pol%C3%ADtico-no-Sul-do-Brasil-Percep%C3%A7%C3%B5es-da-Juventude-em-Rela%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Pol%C3%ADtica.pdf>>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

FLEURY, S (2004). **Democracia com exclusão e desigualdade: a difícil equação**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/democracia/documentos/TC.fleury.pdf>>. Acesso em: 08 agosto 2015.

INGLEHART, R (1997). *Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Princeton : Princeton University.

Latinobarômetro. **Relatório anual – 2015**. Disponível em: <www.latinobarometro.org>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro (2012). Jovens e Direitos – **Legislação comparada em matéria de Juventude – Brasil e a Convenção Ibero- Americana**. Organização Ibero-Americana de Juventude – OIJ.

MÜXEL, A. (1997, Mai/Jun/Jul/Ago). Jovens dos anos noventa: à Procura de uma política sem “rótulos”. **Revista Brasileira de Educação**. n 5. p. 151-166.

NORRIS, P.2004. *Young People and Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?* Disponível em: <www.pipanorris.com>. Acesso em 12 de agosto de 2015.

PAIS, J. M (1990). A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, Vol. 25, No. 105-106, pp. 139-165.

PAPPÁMIKAIL, Lia. 2010. Juventude(s), autonomia e sociologia: redefinindo conceitos transversais a partir do debate acerca das transições para a vida adulta in Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, vol. XX: 395-410.

PEREIRA, Luiza Helena (2013). A luta dos sociólogos pela obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio *in*: **O ensino de Sociologia no RS: repensando o lugar da Sociologia**. Porto Alegre: LAVIECS, p. 13-34.

POLIS-IBASE (2006). **Diálogo nacional para uma política pública de juventude**. São Paulo: Instituto Pólis-Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/dialogo_juv_final21.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

SILVEIRA, Angelita Fialho; AMORIN, Maria S. Souza de (2005). Socialização Política e Capital Social: Uma análise da Participação da Juventude no Contexto Escolar e Político. **Revista Educação Unisinos**, v. 09, nº2, maio/ago, p.155-163.

SCHELDLER, Andreas (1970). *Introduction: Antipolitics – Closing and colonizing the public sphere*. In: SCHELDLER, Andreas. **The end of politics? Exploration into modern antipolitics**. London: MacMillan, . P. 1-20.

ZAGUARY, T. (1999). **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Reccord.